

Comandante da Companhia de Adidos do Batalhão de Adidos, 1997;
 Director do curso de promoção a capitão do SGE, no ano de 1997;
 Chefe da Secção de Condecorações e Louvores da Direcção de Justiça e Disciplina do Exército, de 1998 a 1999;
 Subdirector do Centro de Apoio Social de Coimbra/Instituto de Acção Social das Forças Armadas, de 1999 a 2002;
 Chefe da Repartição Técnica da Polícia Judiciária Militar, de 2002 a 2003;
 Chefe das 1.ª e 2.ª Repartições de Instrução da Polícia Judiciária Militar, em 2003;
 Chefe da Repartição de Instrução Criminal da Polícia Judiciária Militar, de 2003 a 2004;
 Chefe da 2.ª Divisão de Investigação Criminal, desde 14 de Setembro de 2004.

Da sua folha de serviços constam 11 louvores, sendo 5 de oficial-general, a medalha de mérito militar de 3.ª classe, a medalha de comportamento exemplar grau ouro, a medalha de comportamento exemplar grau prata, a medalha comemorativa das Campanhas de Angola com a legenda «1972/73/74», a medalha de ouro de valor militar com Palma (colectiva) e Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor I Lealdade e Mérito (colectiva).

Despacho n.º 10 302/2005 (2.ª série). — Considerando que, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia a que se referem o n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei deve ser efectuado de entre os funcionários dotados com competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a exercer;

Considerando que foram cumpridos os procedimentos de selecção, determinados pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da mesma lei, para o provimento do cargo de chefe de divisão da 1.ª Divisão de Investigação Criminal, com sede em Lisboa, da Polícia Judiciária Militar;

Considerando que o tenente-coronel de infantaria Rogério Gonçalves da Costa Pereira reúne os requisitos legais e corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos constantes do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, e que o referido militar detém, de forma inequívoca e conforme se comprova pela nota curricular anexa, as características necessárias e adequadas ao competente exercício do cargo que se pretende prover, nomeadamente pela experiência anteriormente adquirida na direcção e coordenação de investigação criminal militar e ser possuidor do curso de investigação criminal;

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de chefe de divisão da 1.ª Divisão de Investigação Criminal, com sede em Lisboa, da Polícia Judiciária Militar, o tenente-coronel de infantaria Rogério Gonçalves da Costa Pereira.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho.

Anexa-se síntese do currículo académico e profissional. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2005. — O Director, *Fernando Governo dos Santos Maia*, major-general.

Nota curricular

O tenente-coronel de infantaria Rogério Gonçalves Costa Pereira nasceu em Lisboa em 15 de Setembro de 1965.

Formação:

1983-1988 — licenciatura em Ciências Sócio-Militares — curso de infantaria da Academia Militar;
 1992 — curso de promoção a capitão de infantaria;
 1997-1998 — curso de promoção a oficial superior;
 Frequentou diversos cursos e acções de formação nas áreas do pessoal, segurança, toxic dependência e investigação criminal.

Desempenhou, ao longo da sua carreira, diversos cargos e funções de que se destacam os seguintes:

Comandante da 2.ª Companhia de Instrução do Blnstr/RIFc, de 1989 a 1990;
 Comandante da Companhia de Comando do BCS/RIFc, de 1990 a 1992;
 Oficial de educação física do RIFc, de 1989 a 1992;
 Gerente da Casa de Oficiais do RIFc/RG3, de 1989 a 1992;
 Comandante da Companhia de Apoio de Combate no RIFc/RG3, de 1992 a 1995;
 Chefe da Secção de Logística do RG3, de 1995 a 1996;

Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança do RG3, de 1996 a 2000;
 Presidente da Comissão de Gerências das Salas de Convívio a Bares, de 1999 a 2000;
 Oficial-adjunto para o Exército na Repartição de Operações do COM/EMGFA; e
 Chefe do Posto de Controlo NATO (cargo 100.017.39) no COM/EMGFA, de 2000 a 2001.

Tem vindo a desempenhar mais recentemente as seguintes funções:

Chefe da Repartição Técnica, chefe da Informática e oficial de segurança na PJM, de 2001 a 2002;
 Chefe da Repartição Central de Investigação da PJM, de 2002 a 2004; e
 Chefe de divisão da 1.ª Divisão de Investigação Criminal da PJM, desde 14 de Setembro de 2004.

Da sua folha de serviço constam oito louvores, a medalha colectiva de serviços distintos de ouro, a medalha de prata de serviços distintos, a medalha de mérito militar de 3.ª classe e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Despacho n.º 10 303/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para a apresentação de candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

Considerando que o candidato major de infantaria engenheiro informático Francisco Manuel dos Ramos Nunes reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes, é possuidor de currículo, perfil e experiência profissional adequados ao exercício do cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico da Polícia Judiciária Militar, designadamente pela experiência anteriormente adquirida na direcção e coordenação na área de apoio à investigação criminal militar, factor indispensável às atribuições e objectivos do cargo a prover;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o consignado nos artigos 26.º e 29.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, o major de infantaria engenheiro informático Francisco Manuel dos Ramos Nunes no cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico da Polícia Judiciária Militar, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho.

Anexa-se síntese do currículo académico e profissional. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2005. — O Director, *Fernando Governo dos Santos Maia*, major-general.

Nota curricular

O major de infantaria Francisco Manuel dos Ramos Nunes nasceu em Santiago do Cacém em 21 de Julho de 1965.

Formação:

1984-1989 — licenciatura em Ciências Sócio-Militares, curso de Infantaria pela Academia Militar;
 1993 — curso de promoção a capitão de infantaria;
 2000 — curso de promoção a oficial superior;
 1995-2001 — licenciatura em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Outros cursos:

MCSA — Microsoft Certified Systems Administrator;
 Administering a Microsoft SQL Server 2000 Database;
 Implementing and Managing Microsoft Exchange 2000;
 Designing a Microsoft Windows 2000 Networking Services Infrastructure;
 Designing a Security-Enhanced Microsoft Windows 2000 Network;
 Designing a Microsoft Windows 2000 Directory Services Infrastructure;
 Interconnecting CISCO Network Devices;

Curso de auditorias da qualidade ISO 19001 pelo CEQUAL;
Curso de investigação criminal na PJM e no IPJCC.

Desempenhou ao longo da sua carreira diversos cargos e funções de que se destacam os seguintes:

Comandante do Pelotão de Sapadores da Escola Prática de Infantaria;
Comandante da Companhia de Comando da Escola Prática de Infantaria;
Oficial instrutor de sapadores aos TPO, CFO, CFS e CFP;
Chefe da Secção de Informática da Escola Prática de Infantaria;
Chefe da Secção de Gestão do Sistema do Instituto Geográfico do Exército;
Vogal da direcção do Centro de Informática do Instituto Superior de Agronomia;
Membro do grupo de delegados do IGeoE para a Certificação na ISO 9001:2000 e 14001:1999 e auditor interno do IGeoE;
Chefe da Repartição Técnica da Polícia Judiciária Militar;
Oficial da segurança da Polícia Judiciária Militar;
Chefe do Núcleo de Informática e Comunicações da Polícia Judiciária Militar;
Chefe da Secretaria de Processos da Polícia Judiciária Militar;
Chefe da Divisão de Apoio Técnico da Polícia Judiciária Militar desde 14 de Setembro de 2004;
Representante do MDN nas reuniões e acompanhamento do Comité Internacional contra a Tortura e Tratamentos Desumanos ou Degradantes, em 2003.

MARINHA

Direcção-Geral da Autoridade Marítima

Comando-Geral da Polícia Marítima

Aviso n.º 4900/2005 (2.ª série). — Concurso de acesso à categoria de subinspector da Polícia Marítima, aberto por aviso publicado na OPM n.º 04 de 3 de Fevereiro de 2005. — Homologada a acta do concurso, por despacho de 26 de Abril de 2005 do vice-almirante comandante-geral da Polícia Marítima, publica-se o ordenamento final:

- 1.º 34021878, Jorge Fernando da Silva Jesus Gonçalves.
- 2.º 31012777, Armando Francisco Castro Cunha Barros.
- 3.º 31011377, José Gaspar Simões.
- 4.º 31011777, Fernando Granja Rodrigues Cação.
- 5.º 31013779, João Gaspar.
- 6.º 31011077, Frederico José Nunes Farinha.
- 7.º 31011977, António Candido Filipe Martins.
- 8.º 31013077, Domingos da Costa Faria.
- 9.º 31014279, Henriques da Estrela Bonacho.

Da presente lista cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar da data desta publicação no *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Abril de 2005. — O Oficial-Adjunto, *António Verde Franco*, capitão-de-mar-e-guerra.

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Portaria n.º 543/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, a seu pedido, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de oficiais TOCART:

CAP TOCART Q 043600-D, João Manuel Cardoso Lima Tavares, COFA.

Conta esta situação desde 2 de Abril de 2005.

4 de Abril de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Portaria n.º 544/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 5 do artigo 254.º do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais ADMAER:

Tenente-coronel:

MAJ ADMAER 079247-A, João Carlos Marques Serrão Guedes Jorge, IAEFA.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de adido em comissão normal do TCOR ADMAER 032209-B, Gil Manuel Araújo Barbeitos de Sousa, verificada em 1 de Abril de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Abril de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

8 de Abril de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Portaria n.º 545/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de oficiais MED:

COR MED Q 018592-C, Carlos Augusto Alves dos Santos, CMA.

Conta esta situação desde 4 de Abril de 2005.

4 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Despacho n.º 10 304/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MMA:

SAJ MMA Q 029534-F, Francisco José Nunes da Silva, BA 1.

Conta esta situação desde 31 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Despacho n.º 10 305/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos ABST:

SMOR ABST ADCN 009496-L, Victor Sotero Dias Cavaleiro, IASFA.

Conta esta situação desde 1 de Abril de 2005.

1 de Abril de 2005. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.